



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 07

MANDATO 2021/2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Intervenção do público; -----
- 2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 22.12.2021 e 29.12.2021. -----
- 2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----
 - 2.1 - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – Transferência de competências dos Municípios para as Freguesias - Proposta de celebração de autos de transferência; -----
 - 2.2 - Estatutos da LIPOR- Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Proposta de Revisão; -----
 - 2.3 - Proposta de subscrição do novo Pacto de Autarcas - Compromisso para a Neutralidade Carbónica 2050. ---
 - 2.4 - Relatório de Gestão, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2021; -----
 - 2.5 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2021; -----
 - 2.6 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2022; -----
 - 2.7 - 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022; -----
 - 2.8 - Adesão à Rede Nacional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade - Rede E2O Portugal; -----
 - 2.9 - Proposta de doação de palcos às Freguesias. -----
- 3 - Urbanismo, políticas urbanas, defesa do património e do ambiente em Valongo – Apreciação. -----
- 4 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Paulo Miguel da Silva Santos, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Mário Armando Martins Duarte, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Anabela Maria Freire de Sousa, Carla Cristina Queirós Ferreira Marques, Ana Margarida Ferreira Leal, Maria da Trindade Morgado do Vale, Rogério Henrique Palhau e Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho tendo substituídos, respetivamente, por Daniel Filipe Pinto Moreira, Adelaide Maria Pereira Pinto Correia, Ana Margarida Ferreira Leal, Andreia Isabel Oliveira Gonçalves Abreu, André Diogo Pereira Teixeira e Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Catia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções, deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que a primeira intervenção pretende dar conta, e assinalar, pois consideram merece destaque, o passo que foi dado na Assembleia de Freguesia de Campo e Sobrado, uma vez que foi aprovada, por unanimidade, a proposta para concretizar a desagregação das freguesias. -----

O processo contou com o envolvimento de todas as forças partidárias com assento na Assembleia de Freguesia, assim como com o movimento de cidadãos que desde a primeira hora se juntaram para levar a bom porto um projeto que de facto é de todos. -----

Desejam que o processo tenha a continuidade e o desfecho que é desejado por todos, pela população e pelos elementos que reiteradamente nesta Assembleia e em todos os outros fóruns, têm pugnado pela desagregação das freguesias. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que no ano transato foi aprovado em Conselho de Ministros a criação da Polícia Municipal em Valongo, foi ainda aprovado o respetivo regulamento de organização e funcionamento dos serviços do serviço municipal da Polícia de Valongo do Município de Valongo. -----

Segundo a presidência da Câmara Municipal de Valongo com a criação da Polícia Municipal o Município passaria a dispor de 21 agentes da Polícia Municipal com a missão de fiscalizar a vasta área da sua jurisdição, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam as matérias relativas às atribuições e competências dos seus órgãos, contribuindo para a manutenção da tranquilidade pública e proteção das comunidades. -----

As atribuições da Polícia Municipal passam por fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais, do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional, cuja competência de aplicação da fiscalização cabe ao Município, pela aplicação efetiva das decisões das autoridade municipais, vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente áreas circundantes de escolas, guarda de edifícios e equipamentos municipais, regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal. -----

Segundo os últimos censos Ermesinde continua a congregar a maior parte da população do Concelho com 39.095 habitantes, representando cerca de 41% da população, o total de alojamentos em Ermesinde representa de longe a maior concentração do Concelho com cerca de 43%. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Acresce que a Esquadra da PSP em Ermesinde não dispõe de um número de polícias efetivos suficientes para garantir o policiamento de proximidade desejado e que possa transmitir à população um sentimento de segurança. A freguesia de Valongo possui uma Esquadra da PSP recentemente inaugurada. -----
Por todos esses motivos é entendimento do Grupo Municipal do PSD que a Polícia Municipal de Valongo seja sediada em Ermesinde, numa atitude de dinâmica determinada e empenhada em defesa da cidade e da sua população. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, apresentou os seguintes documentos: -----

Moção

*“Apoio ao movimento associativo do Concelho -----
As entidades associativas de cultura, recreio e desporto do nosso concelho, começam a sofrer graves prejuízos com os aumentos da energia (eletricidade, gás e combustíveis) fatores essenciais para o seu funcionamento, que representam 40 a 50% das suas despesas. -----
Sabemos que as dificuldades criadas às coletividades pelos aumentos do custo da energia, não são da responsabilidade da Câmara. -----
No entanto, faz sentido que esta autarquia manifeste preocupação, fazendo sentir junto do Governo central a necessidade de defender e apoiar o Movimento Associativo Popular local. -----
Cabe ao Governo encontrar a forma mais eficaz e rápida de implementar as medidas necessárias. -----
Cabe à autarquia, a defesa das associações que operam no seu território, governadas por dirigentes voluntários, que fazem movimentar centenas de utilizadores nas suas atividades e que sentem com preocupação o avolumar de despesas insuportáveis, resultantes do aumento dos preços da energia. -----
Perante estas preocupações, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29 de abril de 2022, propõe à Câmara a defesa, perante o Governo, de algumas medidas urgentes para poderem fazer face a esta situação, tais como: -----
Redução do IVA da energia (gás e eletricidade) de 23% para 13%, para as Coletividades; -----
Redução do IVA dos combustíveis de 23% para 6%, para as coletividades com Estatuto de Utilidade Pública; ---
Reembolso em forma de subsídio extraordinário, do valor correspondente à diferença entre o IVA de 23% para o valor inferior proposto, a ser liquidado no final de cada trimestre, mediante a apresentação das despesas; -----
Esta Moção deve ser enviada ao Governo da República e a todos os Partidos representados na Assembleia da República.” -----*

Tomada de Posição

*“Mais uma oportunidade perdida -----
Finalmente, a Câmara Municipal de Valongo avançou com as obras de melhoramento do espaço da Feira e do Mercado de Ermesinde. -----
Como diz o povo, mais vale tarde que nunca. -----
Estamos em crer que, com tanto tempo de espera - há anos que estavam previstas - todo aquele espaço irá ficar muito melhor, para todos os seus utilizadores. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Com certeza que toda a área em questão irá ser melhorada, embora não exista no local onde estão a decorrer as obras, qualquer imagem ou maquete do plano que mostrasse o aspeto do seu futuro. -----

Está projetado e já em execução pela CMV, um Plano em grande escala, pelo menos nas intenções, designado por Nova Gandra. É pena que se vá permitir mais construção no local e que não se tenham reservado todos os terrenos ainda disponíveis em torno da Feira-Mercado, para ali instalar um amplo Parque, uma área verde, que servisse a população da Gandra. -----

Sabemos que os dinheiros podem não abundar, mas sabemos também, da existência de outras possibilidades de minimização de custos para o erário público, quando se trata de arranjos urbanísticos tão necessários como este. -----

Fica a perder a população da Gandra e a de Ermesinde, uma vez que, não abundando espaços na cidade que possam salvar-nos da continuidade da política do cimento... tal área seria uma imensa mais-valia para um presente e futuro mais saudável para todos.” -----

Solicitou de seguida que fosse fornecido o plano das obras do mercado e da feira. -----

Lembrou a necessidade do término das obras do pavilhão em falta na Escola Secundária de Ermesinde, pois não pode a Câmara ficar satisfeita e dizer tudo está a fazer pela educação quando tem uma escola que foi intervencionada e não tem em toda a sua área intervenção. -----

Relativamente a um tema, que já falaram em anteriores assembleias municipais, com o título “Terreno do Saramago”, que são umas pedreiras abandonadas, as obras estavam no relatório de contas, mas está a zero a sua execução, pretendiam saber para quando as obras para solucionar aquele problema de segurança no terreno do Saramago. -----

De seguida apresentou o seguinte documento: -----

Moção -----

“Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra -----

É preciso pôr fim à guerra que tem lugar na Ucrânia desde há oito anos e que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista e defender a Paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos. -----

Ninguém pode ficar indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra seja ela qual for. A morte, a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e deve ser forte razão para que esta seja evitada. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a Paz. -----

A única saída para este conflito que passa pelo fim imediato da invasão militar da Ucrânia pela Rússia, pela defesa de conversações de Paz que estabilizem a relação entre os dois países e confirmem o carácter neutral da Ucrânia na arquitetura de segurança europeia. -----

Nas últimas décadas a guerra voltou ao solo europeu, primeiro com a Guerra da Jugoslávia, agora com a guerra na Ucrânia. Ambos são exemplos de como permanece a mentalidade de blocos militares e esferas de influência, causando sofrimento, morte, dor e medo na Europa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação e exigem o cabal apuramento de responsabilidades, quer ocorram na Ucrânia, no Iraque, no Afeganistão, Líbia, no Líbano, ou na Palestina. -----

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7º, determina um posicionamento fundamental nas relações internacionais que deve guiar a intervenção do Governo Português neste conflito: “Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”. Em nenhum momento o Governo Português deve contribuir para alimentar a escalada de conflito que paira sob a ameaça de uma guerra nuclear. -----

A Paz é um valor que se transmite, que se ensina, que se educa até se sentir. Neste momento, o apelo à Paz faz um sentido fundamental. Temos assistido ao fim de importantes tratados de desarmamento, particularmente de armas nucleares. Temos razões para estar alarmados, não apenas com o conflito da Ucrânia, mas a propósito da vulgarização da guerra como forma de resolução de conflitos entre Estados ou estabelecimento de domínio geoestratégico sobre recursos naturais. -----

A multiplicação de conflitos, a corrida aos armamentos, o acicatar das rivalidades regionais e imperialistas é motivo de sublinhada preocupação. Por isso apresentamos a seguinte Proposta de Moção: -----

A Assembleia de Municipal de Valongo, reunida a 29 de abril de 2022: -----

1. Manifesta a solidariedade com todos os ucranianos atingidos por este conflito; e valoriza as iniciativas junto da comunidade ucraniana para apoiar a eventual necessidade extraordinária de acolhimento de refugiados; -----
2. Apela ao Governo Português que atue neste delicado contexto em defesa do preconizado na Constituição da República Portuguesa, contribuindo para o desanuviamento do conflito; -----
3. Reclama o indispensável, cabal e rigoroso apuramento, por entidades efetivamente independentes, das situações relatadas, visando uma real avaliação dos factos e sem julgamentos predeterminados que contribuam para alimentar versões que só servem para justificar a escalada da guerra e os objetivos de quem nela vê uma peça para garantir a sua hegemonia mundial; -----
4. Condena todos os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, tenham ocorrido ou ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países; -----
5. E manifesta o seu pesar por todas as vítimas da violência e da guerra que desde 2014 decorre na Ucrânia, respeitando um minuto de silêncio em sua memória.” -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, apresentou os seguintes documentos: -----

Voto de Saudação – 1.º de Maio -----

“No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdades para a maioria da classe trabalhadora. -----

Em Portugal o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais. -----

Por isso assinalar o 1.º de Maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública (congelados há mais de 10 anos) como no sector privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos. -----

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno. ----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 3.º da Lei 1-A/2020, de 19 de março delibera: --

1. Saudar o 1.º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público. -----

2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência.” -----

Moção -----

“Pelo aumento das transferências do Orçamento Estado para as autarquias -----

Uma das mais importantes alterações trazidas pelo 25 de Abril de 1974 foi a criação do poder local democrático. Durante os 48 anos de ditadura fascista de Salazar e Caetano os presidentes de câmara eram nomeados pelo governo, não havia eleições autárquicas, sem assembleias municipais ou de freguesia. Com a Constituição de 1976 as autarquias locais surgem pela primeira vez como fazendo parte da organização democrática do Estado, como órgãos representativos que visam a prossecução e interesses próprios das populações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Embora as forças políticas de direita desvalorizem o 25 de Abril, o certo é que o poder local, apesar de alguns erros evitáveis, muito ajudou a transformar para melhorar o país atrasado, sem saneamento, sem água potável, sem luz elétrica, sem equipamentos de saúde, sem habitação, que o regime salazarista deixou como herança. – Tendo em conta a importância do poder local, e existindo até uma Lei das Finanças Locais, não são aceitáveis os cortes nas transferências financeiras do Estado para as autarquias que sucessivos governos têm efetuado. -- No Orçamento do Estado para 2022 a verba prevista de 3.035 milhões de euros para os municípios, é inferior em quase 2% à do ano anterior. O OE para 2022 prevê também um acréscimo no valor global de 833 milhões de euros para o desempenho de competências transferidas da Administração Central nas áreas da educação, saúde e ação social. Mas como é sabido, os montantes a transferir no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização, nascido pela Lei n.º 50/2018 aprovada pelo PS e PSD e com a oposição dos restantes partidos, não correspondem sequer aos gastos que os municípios terão que suportar para manter e melhorar as respostas às populações. -----

Pelo exposto a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária m 29 de abril de 2022, delibera:

- Reclamar o aumento das verbas inscritas no Orçamento de Estado de 2022 a transferir para as autarquias locais.” -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que na última Assembleia Municipal se falou num conjunto de assuntos que considera relevantes, mas cuja discussão é sempre muito vaga, vazia, muito superficial e não é aprofundada, nesse sentido, sem fazer introdução ao tema, mas nesse sentido e ao abrigo das alterações ao Regimento, que foi uma conquista de todos os partidos representados na Assembleia Municipal, colocou como possibilidade de ponto de discussão o número três da Ordem de Trabalhos, políticas urbanas, urbanismo e conservação do património no concelho de Valongo. -----

Disse de seguida que nessa Assembleia foi levada a questão do abate de árvores em determinadas situações, não é fundamentalista, considera que o progresso, a evolução, quando se tem de abrir um arruamento, fazer a construção de um edifício há sempre o risco de terem de abater algumas árvores, tendo depois à posteriori de as repor, mas o senhor Presidente rebateu com as 100 mil árvores que foram plantadas no concelho de Valongo, às quais acrescentou 130 que vão ser plantadas. -----

Foram plantadas nas serras, a reflorestação é necessária, aplaude essa reflorestação, a questão é quando é que se irá, não sendo um fundamentalista das árvores é adepto da arborização das cidades e das vilas, assim gostaria de saber se em paralelo com essa reflorestação que foi feita, ou está a ser feita, ou tem vindo a ser feita, para quando a arborização, a plantação maciça das árvores nas cidades e vilas ao nível do concelho. -----

Quando fala de arborização das cidades não fala em plantar árvores no parque urbano de Valongo, no parque do Vale do Leça, fala em plantar árvores nas ruas, nos passeios, nas baias de estacionamento, nos largos, nas praças, nos pequenos jardins que apesar de tudo ainda vão tendo aqui e acolá nas freguesias. -----

Sabendo que uma cidade arborizada, bem arborizada, para além das questões ambientais da poluição do ar, possibilita baixar a temperatura à superfície na ordem dos 10º a 15º, portanto para quando essa arborização efetiva, contínua e intensa das freguesias, cidades e vilas, tendo em consideração que Campo e Sobrado têm uma ruralidade maior relativamente a Valongo e Ermesinde, Alfena existe um misto de citadino com alguma ruralidade, e tendo em consideração que há 30 ou 40 anos atrás os povoados eram organizados de que forma,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

tinham os edifícios, a grande maioria habitações, e o miolo dos quarteirões, os terrenos adjacentes ou pertencentes a essas habitações eram terrenos de cultivo, jardins, com árvores, árvores de fruto e sem ser de fruto. -----

Hoje em dia têm acrescido à falta de arborização os quarteirões com cimento armado, nem sequer aí dão resposta às questões ambientais que supostamente deveriam dar. -----

Por outro lado, falou-se na questão dos rios e foi colocada uma questão, que estava na ordem do dia, que era relativa a uma descarga poluente que tinha acontecido no rio Ferreira em que terá sido identificado o responsável, o prevaricador, e o senhor Presidente remeteu um pouco através da resposta para a empresa, a entidade, associação, que faz a gestão dos rios, neste caso do rio Ferreira. -----

Enquanto Membros Municipais deveriam ter mais informação relativamente a isso, se foi ou não identificado o prevaricador, que medidas foram tomadas, foi notificado, não foi notificado, o processo avançou, houve eventual participação ao Ministério Público, se constitui crime ambiental, se não constitui, em que fase está o processo, já foi concluído, não foi, se já foi concluído com que coimas ou penalizações, qual foi a condenação para o caso. --

Na sua opinião seria do interesse dos Membros Municipais saberem, no âmbito da dita entidade que gere os rios, ou o rio ferreira, pois julga que as câmara que estão envolvidas fazem parte da administração dessas entidades, quantos casos por ano existem em que se identifica o prevaricador, em que são notificados, e quais as conclusões, ano após ano, dessas situações, quantos foram condenados, quais as coimas, que tipo de coimas, qual o valor das coimas, para terem uma noção dos casos que passam despercebidos, desses crimes ambientais e descargas poluentes sobre os rios. -----

Têm serras e rios, um potencial de investimento incrível o concelho, quer numa área quer na outra, área de hotelaria, área ao nível de turismo rural, turismo de montanha, desportos associados com uma situação e outra, têm um potencial de investimento, portanto poderiam ir mais além, eventualmente ter parques de campismo, parques de caravanismo, eventualmente uma praia fluvial em cada um dos rios em zonas distintas do concelho que atraísse pessoas, que atraísse turismo. -----

Portanto, como poderão ter informação de todas essas situações que anualmente acontecem de despejos feitos, poluentes, nos rios, rio Ferreira e rio Leça. -----

O Membro Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, apresentou os seguintes documentos: ----

Proposta – Mais apoio aos cuidadores das colónias de gatos em Valongo -----

“Atualmente o Gabinete de Medicina Veterinária Municipal de Valongo efetua a esterilização de colónias de gatos errantes segundo o programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) em iniciativas próprias e apoia entidades singulares ou coletivas que queiram legalizar colónias CED próprias. Os gatos destas colónias ficam, no entanto, registados em nome dos cuidadores informais. Esta é uma prática que a Câmara Municipal de Valongo deve considerar mudar, pois é sua a competência, por lei, de dar resposta aos animais abandonados e, porque a Câmara Municipal de Valongo pode inclusivamente fazer como outras autarquias já fizeram, registar estes animais em sue nome e não empurrar a responsabilidade para os municípios. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Os programas CED são fundamentais para o controlo da população de gatos e para além de já estarem previstos na lei geral, o papel dos municípios é fundamental para prevenir situações mais complicadas, nomeadamente na saúde dos animais e também na saúde pública. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 29 de abril de 2022, delibere aprovar uma proposta no sentido de: -----

1. A Câmara Municipal de Valongo assumir no programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) em gatos a colocação e registo de microchip em nome da Câmara Municipal de Valongo à semelhança do que outros municípios vizinhos fazem; -----

2. A Câmara Municipal de Valongo assumir no programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) a identificação com sinalética visível os locais onde existem colónias intervencionadas no âmbito do programa CED do Município; -----

3. Desenvolver um estatuto de cuidador informal municipal de colónias encontrando soluções para apoiar estas pessoas nos cuidados que prestam aos gatos abandonados do concelho de Valongo; -----

4. No âmbito do programa CED, definir pontos de alimentação dos gatos, apoiar os cuidadores informais com rações e efetuar a limpeza destes pontos a cargo da Câmara Municipal de Valongo, sem colocar em causa a saúde pública.” -----

Moção – CED para cães abandonados que vivem na rua -----

“O Gabinete de Medicina Veterinária Municipal de Valongo respondeu a uma necessidade quando tomou a iniciativa que iria fazer CED para cães abandonados no concelho de Valongo. -----

Valongo encontra-se a afirmar a sua identidade com iniciativas culturais que lhe conferem notoriedade e, ao mesmo tempo, a abandonar a ideia construída de ser um satélite da cidade do Porto, tem vindo também a melhorar as condições para que seja visitado e se viva melhor neste território. No entanto, apresenta aos seus munícipes e visitantes o triste postal de proliferação de matilhas de cães, dispersos por todas as suas freguesias, sendo provenientes tanto do abandono como da posterior procriação. Este fenómeno leva ao surgimento de zoonoses, ao crescimento do número de canídeos que, salvo com alguns cuidadores informais, nunca tiveram contactos com humanos, tornando-se naturalmente receosos, territoriais, eventualmente agressivos e de difícil adoção, pelo que não se enquadram no tradicional circuito de captura, esterilização e adoção. -----

O PAN tem recebido denúncias de cidadãos demonstrando preocupação como o bem-estar dos animais de várias matilhas e colónias, denúncias essas que são também reencaminhadas para os serviços municipais para o Presidente da Câmara Municipal de Valongo. Estes aglomerados de matilhas situam-se em territórios como: Piscinas de Alfena, Rua da Formiga e zona de Santa Rita em Ermesinde, Rua Vasco Lima Couto, Quinta da Lousa e Santa Justa em Valongo, zona de Campelo em Sobrado, entre outros, que integram cerca de 14 matilhas. -----

Torna-se evidente que uma resposta tem de ser dada para melhoria das condições de vida dos animais de matilhas, da promoção da sua saúde, da segurança dos cuidadores informais e do bem-estar dos munícipes e pessoas que visitam este imenso território de Valongo. Valongo tem a oportunidade de ser líder em Portugal no que toca à defesa das matilhas, basta que haja vontade política e sensibilidade para com a causa animal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão do dia 29 de abril de 2022, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

1. Recomendar ao Governo e à Assembleia da República que legalize e incentive políticas que permitam a existência da figura do animal comunitário, que permitam a CED em cães e que apoiem as câmaras municipais a construírem albergues de apoio as animais que se agrupam em matilhas. -----

Desta moção deve ser dado conhecimento ao senhor Presidente da Assembleia da República, solicitando que a distribua a todos os partidos com assento na Assembleia da República e ao Governo, nomeadamente ao Ministro do Ambiente, que tem o pelouro do bem-estar dos animais considerados de companhia.” -----

O Membro do Grupo Municipal do Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que o Grupo Nós Cidadãos se congratulava, finalmente, pela desagregação das freguesias de Campo e Sobrado, visto que para além de geograficamente, historicamente, culturalmente são completamente diferentes, um bem-haja para todas as pessoas que realmente colaboraram e se esforçaram para que esse fim fosse finalmente alcançado. --- Gostaria de se congratular pelo regresso da Polícia Municipal, atendendo a que, palavras da maior parte da população, se Valongo irá continuar a ser laboratório de ensaio da circulação de tráfego, infelizmente cada vez está mais caótico, não só na estrada nacional, na área envolvente das bombas de gasolina da Prio e na zona da Nunes da Ponte e, finalmente, a vinda do Polícia Municipal pode ser que comece a disciplinar um bocadinho mais o estacionamento na freguesia de Valongo. -----

Aproveitava para perguntar para quando a tomada de posse da Comissão Municipal de Proteção Civil, e se tem havido algum avanço sobre a recuperação do edifício onde será, ou se pretendia que fosse instalada a sede da Polícia Municipal, ou seja, onde está instalada a ADICE, se houve algum progresso nesse sentido. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Madalena Sofia Alves Oliveira**, disse que as crianças em risco passou a ocupar um lugar de destaque com a Convenção dos Direitos da Criança, mas acima de tudo de uma série de políticas por parte dos estados membros dirigidos a esse grupo social. O sistema de sua proteção, português, em vigor desde 2001 encontra-se alicerçado na Constituição da República Portuguesa e na Convenção dos Direitos da Criança. -----

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças em perigo compete às entidades com competência em matérias da infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais, sendo essas as entidades que têm legitimidade para intervir quando os pais, representantes legais ou quem tenha a sua guarda de facto colocam em perigo ou não atuam de forma adequada para removê-la da vida dessas crianças. -----

A academia, o poder político, a sociedade civil e os meios de comunicação têm demonstrado um importante interesse por esse grupo, fruto de um maior conhecimento sobre a problemática e a necessidade de se criar estratégias protetivas e capazes de dar uma resposta efetiva a esse problema social. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde os maus-tratos infantis são um problema de saúde pública em todo o mundo, e constituem um grave e complexo problema social que temos de o combater utilizando estratégias diferenciadas apostando de forma séria e consertada de políticas públicas nacionais e territoriais. ---
Vários estudos têm demonstrado o impacto das experiências adversas na infância os abusos físicos, psicológicos e sexual, a negligência emocional e física, o abuso de substâncias, o divórcio dos pais, mães maltratadas e comportamento criminoso quando conjugado com outras situações aumentam a probabilidade de as crianças experienciarem comportamentos que põem em risco a sua saúde, a saúde da sua saúde mental e ainda perturbações crónicas que podem levar a situações de mortalidade precoce. -----

Assim, à luz do conhecimento atual sobre essa matéria sabem que as experiências adversas na infância poderão acarretar consequências a médio prazo em termos sociais e de saúde, há vários estudos que indicam que pessoas que com quatro experiências adversas daquelas que relatou anteriormente apresentam duas vezes maior probabilidade de diagnóstico de cancro, quando comparados com pessoas que não tiveram qualquer tipo de experiência adversa na infância. -----

Para cada experiência adversa uma mulher apresentava um risco acrescido de 20% relativo à necessidade de hospitalização, relativo a doenças autoimunes. -----

Alguém com historial de quatro experiências adversas apresenta 460% maior probabilidade de vir a sofrer de depressão. -----

O índice de seis ou mais experiências adversas na infância daquelas que relatou anteriormente demonstrou reduzir a vida das pessoas em quase 20 anos. -----

Portanto, torna-se imperativo, ético e de prevenção prioritário das crianças e jovens com experiências adversas sujeitas à pobreza, à violência e sem que recursos sociais lhe sejam adequados. -----

Nesse sentido, e fruto da necessidade de trabalhar contextos de prevenção primária e secundária, este mês por excelência de prevenção dos maus-tratos na infância a CPCJ de Valongo, que conta com a representação de alguns Membros da Assembleia Municipal, levou a cabo algumas iniciativas com o objetivo de alertar e consciencializar a sociedade para o tema que passam a destacar: -----

Foi apresentada uma carrinha designada carrinha laçarote, uma carrinha de nove lugares disponibilizada pelo Centro Psicopedagógico e Terapêutico Cliduca, para a realização e campanhas de sensibilização em várias escolas do Município, durante a hora de almoço, estiveram presentes para além dos técnicos e técnicas das comissões de proteção de crianças e jovens elementos das forças de segurança, PSP e GNR. -----

Na comunidade escolar foi distribuído material alusivo relativo ao tema desde laços azuis, marcadores de livros, t-shirts, flyers, sacos, balões, entre outros. -----

Foram, igualmente, realizadas pequenas palestras a grupos de alunos e alunas e, ainda, à comunidade escolar, foram ainda propostas atividades às escolas, como por exemplo a criação e a dinamização de um laço azul. ----

Este foi o resultado daquilo que foi o trabalho realizado por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Município. -----

Está, ainda, previsto para o dia 7 de maio, com a colaboração da Divisão do Desporto da Câmara Municipal de Valongo e com a Associação Desportiva de Valongo um jogo de hóquei em patins em que dez crianças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

acompanharão à entrada os jogadores envergando camisolas azuis alusivas ao tema da prevenção dos maus-tratos na infância. -----

É, pois, indiscutível que uma integração plena na sociedade pressupõe a criação de espaços adaptados às necessidades da criança, o fomento de atividades desportivas e de lazer que seja uma melhoria da sua qualidade de vida, com isso promovendo ambientes saudáveis e felizes sendo afastadas situações abusivas que comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento integral. -----

Consciente da importância que o poder local possui nessas matérias, a Autarquia tem vindo a desenvolver uma preocupação por promover atividades inclusivas e foi com base nesses investimentos que no passado mês de março, e mês de abril de 2022, o Município de Valongo viu uma vez mais reconhecido entre diferentes municípios e por entidades públicas, o investimento no desporto e a promoção dos valores éticos na mesma atividade, referem-se ao prémio atribuído no âmbito do desporto escolar, da serra e da malha urbana e a certificação da bandeira da ética, uma iniciativa do Instituto Português do Desporto e da Juventude. -----

No que respeita ao desporto outdoor na serra e na malha urbana o Município de Valongo foi o Município vencedor na categoria 50 a 100 mil habitantes, após a candidatura apresentada no evento Oportunidades de prática outdoor no ano 2022, o prémio além de reconhecer em especial o anterior mandato autárquico, que os munícipes investiram na transformação dos espaços exteriores melhorando as condições da prática de atividades desportivas outdoor. -----

Esse prémio reconhece as oportunidades de prática quer formais, informais e autónomas, com acompanhamento ou completamente autónomas, assim como as atividades e os eventos que utilizam os espaços exteriores nos territórios dos municípios amigos do desporto. -----

Esse reconhecimento de boas práticas funciona como um estímulo à sua existência, um desafio à sua multiplicação e também para quem implementa um motivo de orgulho e de motivação para continuarem, como é o caso do município de Valongo. -----

Esse prémio é também um reconhecimento de um concelho já referência no desporto outdoor a nível internacional. -----

Na certificação da Bandeira da Ética, há valores fundamentais na vida e no desporto que também eles são essenciais, a saber, o respeito pelas regras e pelo adversário, o jogo limpo, a tolerância, a verdade, a aceitação do resultado, o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, o saber estar e ser, a persistência, a disciplina, a socialização, a responsabilidade, a honestidade, a lealdade, entre tantos outros. -----

A certificação da bandeira ética é o reconhecimento do Estado Português através do Instituto Português do desporto e da Juventude em que projetos ou entidades, no caso o Município, são premiados por se destacar na promoção dos valores éticos por via da prática desportiva, mas então como é que Valongo alcançou essa distinção. Tudo foi feito através da inclusão de cláusulas da ética desportiva nos contratos programa assinados, com o previsto no programa de apoio e promoção da ética e atribuído um prémio monetário a todas as instituições do concelho que consigam essa certificação, é cabal que uma entidade pública como o Município pode e deve estimular aqueles valores que essa certificação são o exemplo claro disso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É inegável que o Município tem desenvolvido um trabalho concertado envolvendo os diferentes atores sociais naquilo que se pretende ser uma responsabilidade coletiva no garante da promoção dos direitos e proteção de todas as crianças, com uma conduta ética sobejamente aplaudida em diferentes domínios de atuação. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que pretendia colocar algumas questões simples, a primeira das quais relacionada com a segurança informática da Câmara, tendo em conta que nos últimos tempos há uma preocupação crescente com a questão da segurança informática das instituições, saber junto da Câmara se houve algum incidente a esse nível que seja digno de registo, e se foram tomadas algumas medidas para reforçar essa segurança informática, tendo em conta que a Câmara dispõem de elementos pessoais de grande parte dos seus munícipes, uma questão que preocupa o PSD. -----

A segunda questão é relativa à situação inicialmente pandémica que vivem, que teve efeitos nefastos na cadeia de aprovisionamento de matérias-primas, custos energéticos, etc., a juntar agora com os efeitos, também eles nefastos, por vários motivos, relacionados com a guerra que ocorre na Ucrânia há cerca de 60 dias e, nesse sentido, gostaria de saber se a Câmara já teve oportunidade de refletir, de pensar, de procurar saber quais são os aumentos de custos que terão algumas obras que estão a decorrer e que, obviamente, estão dependentes do fornecimento de matérias-primas para que sejam concluídas, portanto qual é o impacto concreto e objetivo desses efeitos sobre essas mesmas obras, refere-se à Câmara Municipal de Valongo, outras coisas que foram entretanto compradas como a Casa do Cônsul do Equador em Ermesinde, o cinema de Ermesinde, entre outras coisas que possam estar a decorrer, e que têm impacto a esse nível com o aumento das matérias-primas. -----

Esse aumento das matérias-primas era expectável devido à questão da Covid, agora será exacerbado, aumentado consideravelmente pela questão da guerra na Ucrânia, portanto pretendiam ter, desse nota das preocupações e daquilo que já terá sido avaliado e aferido sobre essa questão. -----

No que diz respeito ao serviço de recolha de resíduos domésticos em Valongo, tiveram um serviço que funcionou durante muitos anos, e que funcionou bem, havia dias de recolha certos, havia projetos de recolha seletiva, portanto as coisas funcionaram bem durante muitos anos, entretanto parece que as coisas não são bem assim, ele próprio constata isso na zona onde vive, em Ermesinde, e isso enquadra-se numa opinião que têm como força política, uma opinião do PSD, que os serviços que são prestados aos cidadãos do concelho, como em todos os concelhos, devem obedecer a uma regra que é simples e básica que é a regra do custo benefício. -----

O rácio deve ser equilibrado entre aquilo que é o serviço prestado e o executado e o custo que esse mesmo serviço representa, sendo que se esse rácio for respeitado os decisores políticos terão andado bem e respeitaram o dinheiro dos impostos e acautelaram a causa pública, quando não é o caso é o inverso. -----

Têm vindo a sentir a degradação desse serviço público, que é pago e bem pago pelo munícipe, a olhos vistos nos últimos tempos. -----

Já têm outro tipo de circunstâncias complicadas no concelho de Valongo, nomeadamente impostos altíssimos, IMI, Derramas pouco competitivas, agora têm o aumento no tarifário de resíduos urbanos, na ordem dos 15%, o que deveria pressupor uma melhoria na qualidade desse serviço, que não é o caso, pelo contrário a recolha dos resíduos urbanos em Valongo é cada vez pior e cada vez mais cara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Tinham uma adjudicação do serviço de recolha de resíduos pelo período de 36 meses, em 2013, que foi na altura de 4 milhões e 900 mil euros, depois foi em 2017 adjudicado um serviço para 36 meses por 4 milhões mais IVA, depois houve uma adenda de 160 mil euros em abril de 2020. Em 2020 foi adjudicado um serviço para um período de 120 meses, 10 anos, por 26 milhões de euros. -----

Desde logo há um princípio que chamaria de complicado, roça algumas questões que podem ser consideradas de éticas, que é o facto de a Câmara assumir coisas para além daquilo que é o prazo em que estará o decisor político à frente da Câmara, estão a falar de 10 anos que são dois mandatos e meio. -----

Gostaria de fazer uma regra de três simples, inicialmente 36 meses, 3 anos custavam 4 milhões e meio, e depois temos 120 meses, 10 anos, custaria 15 milhões de euros, é claro que não pode ser uma regra de três simples, tem de haver alguma ponderação de aumento de custos, inflação, etc., mas mesmo assim entre 15 milhões e 26 milhões há uma diferença muito grande, se o serviço melhorasse a qualidade estava capaz de engolir isso mais ou menos, mas não é, o problema é que todos os dias que circulam no concelho vê-se um triste espetáculo de sacos espalhados que não foram recolhidos, moloks a transbordar, moloks a serem recolhidos em hora de ponta, situação recorrente por exemplo na Av. João de Deus em Ermesinde, sacos acumulados à volta dos pontos verdes sistematicamente. Podem dizer são as pessoas que depositam, sim, mas a dada altura a Câmara tem de olhar para esses elementos e tem de tomar ação também, tem que olhar e ver qual é capacidade que está instalada e ver se ela é adequada às necessidades, se fosse esse o caso deveriam ter mais moloks, mais sítios para depositar o lixo, mais dias, mais regularidade nessa recolha, que não tem sido regular, há pessoas a ligarem para a Câmara a darem nota disso mesmo, mas as coisas continuam a manter-se, a piorar. -----

Gostaria de perceber o que é que a Câmara está a fazer em relação a isso, porque é um tema que já vem do mandato anterior, as coisas continuam a avançar e a degradar-se, têm exemplos ao lado, por exemplo na Câmara da Maia, que é um bom exemplo, podiam tentar perceber como funciona a Maia a esse nível. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem de Dia o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 22.12.2021 e 29.12.2021, não se tendo verificado intervenções colocou à votação as atas sendo aprovadas por unanimidade.

Colocou seguidamente à discussão o ponto 2.1 - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – Transferência de competências dos Municípios para as Freguesias - Proposta de celebração de autos de transferência. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que pretendia informação se todas as juntas concordaram com os autos de transferência, e como foram cadastradas as árvores fora dos espaços verdes. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, **Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima**, disse que se encontra em representação dos presidentes das juntas de freguesia do concelho de Valongo, porque entendem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

importante dar conhecimento da sua posição no que se refere aos autos de transferência e, também, um conhecimento de como decorreu o processo. -----

Os documentos vieram por imposição legal substituir os acordos de execução, e concretizar a transferência de competências do Município para as freguesias e apurar os respetivos recursos financeiros e patrimoniais a transferir. -----

Em relação a essas matérias não haverá reversão da imposição legal, por isso se não fosse hoje estariam a discutir num futuro muito próximo, uma vez que a transferência de competências será universal, definitiva e imperativa, ou seja, independente do posicionamento dos respetivos órgãos autárquicos. -----

A descentralização é a alocação legal de poderes a titulares legítimos como são as freguesias, estas competências vêm reforçar o movimento da descentralização no que seja a relação entre as freguesias e os municípios, e em especial reforçam a racionalização, otimização da gestão e a afetação de recursos públicos, e por outro promovem e melhoram a prestação de serviços em razão da proximidade. -----

Acreditam que só participando na gestão direta dessas competências podem aspirar a ter um melhor serviço público prestado ao cidadão contribuindo e cumprindo, também, com as estratégias locais. -----

Sabem que para quem descentraliza muitas vezes é perder o poder, mas significa também perder em nome de um serviço público que resulta da aproximação do cidadão, da promoção da coesão territorial e da racionalização dos recursos disponíveis. -----

Estão, por isso, convictos que as juntas de freguesia terão um papel fundamental na descentralização, face às crescentes problemáticas que tiveram nos últimos anos, as pandemias e as guerras, exigem de uma reflexão ponderada sobre os métodos e os processos mais eficazes para dar cumprimento à tarefa pública, e as juntas de freguesia não podem estar fora dessa equação, pois são o primeiro patamar da democracia e atuam como o primeiro apoio para ultrapassar as dificuldades, todos os presidentes de junta que estão preparados para responder a mais esse desafio. -----

No que refere ao processo foi uma discussão que nasceu da vontade política entre o Município e as freguesias, não lhes foi imposta ou impulsionada sequer pelo poder central, durante diversos meses tiveram várias reuniões e estiveram envolvidos num processo negocial que decorreu de forma muito transparente, com muita discussão que culminou num consenso entre as partes, procuraram caminhos e encontraram respostas. -----

No processo negocial sentiram que de certa forma ativaram a democracia, pois tiveram a capacidade de dialogar sobre a especificidade de cada freguesia e as diferentes necessidades das mesmas, quer em função da sua natureza, quer em função da sua dimensão. Tiveram a capacidade de acolher respostas e sobre tudo a capacidade de motivar e apoiarem-se para que cada freguesia beneficie das mesmas competências em termos proporcionais de recursos equivalentes. -----

É convicção das freguesias do concelho de Valongo, alicerçada nos resultados de uma colaboração com a Câmara que se revelou profícua e dinâmica, que as quatro freguesias possam localmente garantir a prestação de serviço mais rápido, eficaz e com maior racionalização de recursos. -----

Disse que nas freguesias já tiveram as respetivas assembleias e os autos de transferência receberam a aprovação em todas elas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Pretendia deixar um sinal e uma palavra de consideração a todos os vereadores, sem exceção, que votaram unanimemente o documento, agradecer aos colaboradores da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia que estiveram envolvidos no processo, porque sentiram, de facto, muita colaboração e abertura da Câmara Municipal. -----

Não seria honesto não agradecer ao senhor Presidente pela confiança, e salientar o papel fundamental do vereador responsável, Dr. Ivo Vale Neves, pelo que com a sua experiência, sabedoria e compreensão soube ouvir e ir ao encontro dos seus anseios e expectativas. -----

Os presidentes de junta solicitam a confiança da Assembleia com a aprovação dos documentos, que para as juntas de freguesia são o início de uma maior intervenção e reconhecimento institucional e certamente reforçarão a relação com os cidadãos. -----

O membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que partindo do princípio de que o protocolo foi negociado entre a Câmara e as juntas de freguesia, como acabou de ser confirmado, e que estão salvaguardados os serviços prestados à população, mais serviço e melhor serviço, acompanharão a proposta e não se oporão. -----

No entanto pretendia deixar duas ressalvas, uma motivada pela aprovação da lei que leva à transferência de competências, primeiro para o Município, e essa é que é irreversível, conforme os contratos dizem do Município para as freguesias pode ser revertido, isso é aquilo que os preocupa e preocupa alguns municípios, por isso é que alguns municípios tanto criticam a transferência de competências. -----

Querem deixar claro que do seu ponto de vista não pode haver para o exercício das competências a externalização a privados com claro prejuízo para o erário público, mas, no entanto, reconhecem que quer os meios materiais, quer os meios humanos transferidos dos municípios para as freguesias se mostram claramente insuficientes para a prestação do serviço que as freguesias vão acolher. -----

Portanto, pretendíamos saber qual a posição da Autarquia e das juntas de freguesia como pretendem prestar esse serviço à população sem ser concretizando com privados essa mesma prestação de serviços. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que pretendia lembrar que foi uma decisão coletiva, não estiveram à espera da lei, foram dos municípios que mal tiveram condições para começar a descentralizar com as juntas de freguesia fizeram-no sem hesitações. -----

Nos últimos anos houve um processo de aprendizagem conjunta quer da parte da Câmara, quer da parte das juntas de freguesia, por várias vezes fizeram alterações aos acordos de execução e agora foi feito um trabalho, da parte da Câmara delegou essa missão no vereador Ivo Vale das Neves, que tinha sido autarca de freguesia, houve um envolvimento das equipas da Câmara Municipal das diferentes áreas, e com os presidentes de junta, um trabalho muito profundo. -----

Só ganham se as juntas tiverem condições para fazer as suas competências de forma digna, se lhe perguntam se é difícil, claro que é difícil, é um processo muito parecido com a descentralização, não tem dúvidas que, como noutras matérias, com o tempo vão conseguir ajustar aquilo que são as reais necessidades. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A decisão que tomaram em 2014 de instalar a contabilidade de custos e depois avançar para a contabilidade analítica, que só é possível depois de ter a contabilidade de custos, e isso ajuda muito, ter essas ferramentas depois ajuda muito a discutir os reais custos das coisas, o pior que pode acontecer é discutir a olho. -----

O cadastro das árvores foi feito no anterior mandato, os presidentes das juntas, com a ajuda da Câmara, andaram a contar, até se percebeu muitas vezes quem era dono de quê, o Presidente da Junta tem hipótese de maximizar os recursos, mas para isso tem de ter o argumento, as árvores, o espaço o que é que é e o que não é. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que perante a resposta pode concluir que neste momento se perguntar em Valongo quantos sobreiros existem, sabem responder quantos sobreiros existem, as juntas com certeza informaram quantas eram as árvores, a tipologia das árvores e onde é que elas estavam, essa informação tem de pedir não às juntas, mas à Câmara se a quiser obter. -----

Era muito importante era que a Câmara procedesse à elaboração do Manual de Boas Práticas com a respetiva formação aos funcionários que irão efetuar a manutenção das árvores, de forma que não sejam feitas as atrocidades que estão habituados no chamado tratamento das árvores por parte das juntas, que ainda não têm nos seus quadros pessoal especializado nessa questão, por isso é necessário que sejam ajudados a fazer as coisas da forma tecnicamente correta, essa formação do pessoal afeto às juntas de freguesia pensa que seria necessária. -----

Acha que também é necessário que se faça por parte da Câmara a monitorização das intervenções realizadas nos arranjos exteriores das escolas, durante o anterior mandato havia queixas de falta de manutenção por parte de algumas juntas em algumas escolas e isso não deveria acontecer, também cabe à Câmara verificar se aquilo que está a pedir às juntas é feito para as juntas sentirem que estão a ser de alguma forma motorizadas na execução do seu trabalho. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que deixou de existir acordos de execução, a receita passa a ser automaticamente transferida da DGAL para as juntas de freguesia, aliás vai ter de motivar uma alteração no orçamento, é uma redução da receita. -----

O controlo que tem de haver é o controlo dos cidadãos sobre a ação dos presidentes das juntas, como dos presidentes das câmaras, naturalmente que a Câmara acompanha, mas é outra filosofia, é uma competência própria das juntas de freguesia. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que percebeu que as coisas estão diferentes, mas da mesma forma, o Governo delegou nas câmaras a parte da educação, com certeza vai fazer a monitorização para ver se as câmaras estão a usar bem a verba que o Governo transfere para as câmaras e se as coisas estão a correr pelo melhor. -----

A Câmara não pode simplesmente descartar para as juntas sem verificar se elas estão a executar da forma mais correta possível e dando um apoio a essa execução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que as competências próprias não são eles que fiscalizam, as juntas têm órgãos de fiscalização, designadamente as assembleias de freguesia. -----

A lei previu, e bem, que por comum acordo, no futuro há um comum acordo e dizem que não querem, a freguesia A não quer, por comum acordo, tem de haver acordo entre as duas partes a competência volta à Câmara Municipal, mas é por comum acordo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – Transferência de competências dos Municípios para as Freguesias - Proposta de celebração de autos de transferência, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a alteração à ordem dos pontos da Ordem do Dia ficando da seguinte forma: -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 - -----
- 2 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----
 - 2.1 - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – Transferência de competências dos Municípios para as Freguesias - Proposta de celebração de autos de transferência; -----
 - 2.2 - Relatório de Gestão, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2021; -----
 - 2.3 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2021; -----
 - 2.4 - Estatutos da LIPOR- Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Proposta de Revisão; -----
 - 2.5 - Proposta de subscrição do novo Pacto de Autarcas - Compromisso para a Neutralidade Carbónica 2050. ---
 - 2.6 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2022; -----
 - 2.7 - 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022; -----
 - 2.8 - Adesão à Rede Nacional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade - Rede E2O Portugal; -----
 - 2.9 - Proposta de doação de palcos às Freguesias. -----
- 3 - Urbanismo, políticas urbanas, defesa do património e do ambiente em Valongo – Apreciação. -----
- 4 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Tendo sido aceite por unanimidade, colocou de seguida à discussão o ponto 2.2 - Relatório de Gestão, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2021. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a Empresa Municipal Vallis Habita apenas tem nos seus quadros um Assistente Social que tem como função o acompanhamento social de todos os agregados, o planeamento e a realização de todas as atividades lúdico sociais. Fez no passado ano 141 atendimentos, 97,9% dos quais nas instalações da Vallis Habita, ao contrário do que seria desejável que seriam atendimentos nas habitações dos moradores, apenas 2% de atendimentos nas casas dos moradores, podem ser justificados pela Covid 19, mas parece-lhes que é justificado pela falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

recursos disponíveis. É manifestamente insuficiente a existência de apenas um Assistente Social nos quadros da Vallis Habita. -----

Na página 84 há uma inversão clara nos procedimentos de reabilitação da Vallis Habita desde 2016, passaram a ser mais as intervenções com contratação a serviços externos com empresas prestadoras de serviços do que as realizados pelos funcionários da Vallis Habita. A opção da não contratação de mais trabalhadores nos quadros, chegaram a estar apenas dois trabalhadores, não torna mais cara a manutenção dos empreendimentos? Não estará a ser colocado em causa o equilíbrio financeiro da empresa? -----

Já na página 56 é referido que foi feita a reabilitação de 20 habitações e que apenas foram entregues 17, aquilo que querem saber é o porquê. Segundo o relatório faltava indicação da Câmara Municipal do destino a dar a três habitações, como pode ter isso acontecido? -----

Na página 97 é referido que o espaço exterior do Bairro Social das Saibreiras, o arranjo desse espaço foi adiado para um projeto mais integrado com a Câmara Municipal, o que pretendem saber é quando vai ser lançada a empreitada e em que constituirá o projeto alargado. -----

A cobertura do Baldeirão II para quando? Foi adiado por ter adotado uma melhor solução para o Baldeirão I, que teve mais custos, consideram a opção correta, mas é necessário que não seja esquecido o Baldeirão II. -----

A intervenção na fachada do Bairro 1.º de Maio não foi realizada, para quando está prevista. -----

A manutenção de espaços exteriores feita por uma empresa contratada por ajuste direto, sendo uma necessidade permanente não seria mais acertado o contrato de trabalhadores para efetuarem essa manutenção? -----

Por fim, investiram mais do que receberam, mas terá sido esse gasto proporcional à melhoria das condições da habitação social do concelho, ou decorre das opções de externalizar os serviços? -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que sobre a questão da Vallis Habita e o número de quadros também colocou essa questão e percebeu, mantiveram a mesma direção na Vallis Habita, é uma empresa municipal que tem poucos quadros por uma razão simples, pela nova legislação que regula o sector empresarial local é muito fácil uma empresa entrar em resultados negativos, três anos seguidos dá origem à extinção da entidade. Portanto, eles demonstraram que conseguem fazer mais, a verdade é que o histórico revela-o, nos relatórios anuais dos últimos anos fazem mais intervenções, fazem a recuperação de mais casas no total nos últimos anos já entregaram muitas casas a um ritmo muito elevado. Portanto essa foi a opção, não ter a contratação porque isso passa a ser encargo permanente, despesa rígida, contratam fora as intervenções. -----

Este ano o resultado foi negativo em cerca de 37 mil euros, a informação que deram é que conseguiram realizar mais obras, estavam previstas 12 reabilitações, fizeram 15 reabilitações, e fizeram adaptações ao nível dos WC para pessoas com mobilidade reduzida, estavam previstas 4 e foram realizadas 8. -----

Houve a questão das reabilitações com mais-valias, não tomadas inicialmente, como o caso do telhado do empreendimento do Baldeirão I, o II não está esquecido, têm um conjunto de intervenções que estão no PRR, nas verbas da estratégia local há edifícios que vão ser intervencionados por essa via. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Isso fez com que se ultrapassasse o que estava estimado, tirando isso há opções de gestão que não discorda, desde que a empresa tenha resultados positivos concorda, seria mau para a Câmara Municipal perder uma empresa municipal porque tem resultados negativos, a lei quando foi criada levou à extinção de muitas empresas municipais. -----

A Vereadora, **Maria Manuela da Silva Moreira Duarte**, disse que as três casas que foram cooptadas para um projeto de violência doméstica, um projeto uma parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Relatório de Gestão, e aplicação de resultados da Vallis Habita, do ano 2021, tendo sido aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor, sendo; 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Abstenção: 11 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.3 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2021. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que colocado à apreciação da Assembleia o Relatório e Contas de 2021 do Município de Valongo vem o Grupo Municipal do PS realçar os aspetos que se afiguram como mais relevantes no documento. -----

Pela análise orçamental, no que respeita ao orçamento e sua execução constata-se ao nível da receita uma taxa de execução elevada na ordem dos 87%, o que demonstra não só a precisão e seriedade conferidos à elaboração do mesmo, mas também o rigor imposto à sua execução. -----

Tal como se tem verificado nos anos transatos as rubricas com maior peso no orçamento da receita são os impostos diretos e transferências correntes que representam respetivamente 37% e 36% das receitas totais. -----

No que respeita aos impostos diretos estes apresentam uma subida de 9,18%, relativamente ao ano anterior, a qual é causada não pelo aumento de receitas oriundas do IMI, como a oposição tanto gosta de apregoar, pois essas até baixaram, mas por um acréscimo de 56,83% das receitas provenientes do IMT. Valongo é, isso sim, um concelho cada vez mais atrativo para quem procura habitação. -----

Relativamente à despesa a taxa de execução fixou-se nos 79,40%, indicativo de um bom desempenho orçamental apesar dos constrangimentos gerados pela situação pandémica. -----

Os valores obtidos ao nível da receita e da despesa demonstram o cabal cumprimento das regras orçamentais impostas pelo regime financeiros das autarquias locais e entidades intermunicipais, revelando boas práticas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

orçamentais e permitindo a canalização de poupança corrente gerada para financiamento de despesa de capital.-----

No que diz respeito às grandes opções do plano continua-se a verificar o grande peso das funções sociais, demonstrativo do esforço realizado pela Autarquia em áreas fulcrais para o desenvolvimento de qualquer território e para o incremento da qualidade de vida das populações como seja a educação, a ação social, o desporto, a cultura, o ambiente e a promoção do território. -----

No que concerne à análise patrimonial serão de realçar, no balanço e analisando a posição do ativo destaca-se o aumento na rubrica participações financeiras, em sequência da participação do Município na empresa STCP valoriza segundo o método de equivalência patrimonial. -----

Na demonstração de resultados verifica-se que o resultado líquido é negativo após gastos de depreciação e amortização já que são positivos os resultados operacionais do exercício. -----

Recorde-se que a transição da normativo do POCAL para o CNCPAP veio impor a diminuição de vida útil do parque dos ativos, mas cumpre fazer uma nota, os gastos de depreciação e amortização não significam saída de dinheiro. -----

A saúde financeira do Município sai ainda mais evidenciada pelos principais indicadores financeiros como sejam a liquidez geral e a autonomia financeira.-----

Numa Autarquia que até há bem pouco tempo vivia sobre as amarras do PAEL, o nível do endividamento assume particular importância e é com orgulho que se constata que o valor da dívida total se encontra abaixo do limite imposto por lei, ou seja, não há excesso de endividamento, verifica-se uma margem de quase 35 milhões de euros para esse limite, se dúvidas houvesse quanto à boa gestão financeira da Autarquia aqui elas se dissipam por completo. -----

Saliente-se ainda o facto de nos últimos 4 anos o nível de endividamento total ter baixado cerca de 2 milhões e meio o que demonstra bem o esforço do executivo na consolidação das contas do Município, é também com uma gestão rigorosa em que todos os recursos são otimizados que se consegue um prazo médio de pagamento a fornecedores de 1.29 dias. -----

Será ainda de referir a evolução verificada ao nível do sistema de contabilidade de custos implementado e que permite a disponibilização de informação adicional relevante à gestão municipal. -----

O que se pretende que se aprecie no ponto é o rigor da gestão e da informação prestada, é um documento sério elaborado com clareza e objetividade, devidamente avaliado pelo Revisor Oficial de Contas que refere e passo a citar “o relatório de gestão foi de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais”. -----

Pelos motivos evocados o PS votará favoravelmente o relatório e contas de 2021. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que relativamente à página 11 está um quadro que dá razão ao PCP quando referiu que a delegação de competências na área da educação iria ser um buraco para as câmaras, o quadro mostra que este ano a Câmara de Valongo gastou mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

do que aquilo que recebeu, irá continuar assim, essa delegação de competências na verdade é para retirar do Governo esse gasto e passar o gasto para as câmaras. -----

A página 101 têm várias obras projetadas e que não foram realizadas, que foram totalmente não realizadas, com um grau de execução de 0%, o que na opinião do PCP mostra que o plano e orçamento era bastante ambicioso e também bastante eleitoralista. -----

Assim pretendem saber o que aconteceu nas seguintes obras: ampliação do centro de recolha oficial de animais do Município 0% executado; espaço público do Valado, São Bartolomeu, abertura da rubrica com 1000 euros 0% executado; reabilitação dos empreendimentos de habitação social, tinham 15 mil euros para a reabilitação, foi 0% executado; criação de ciclovias, uma abertura de rubrica com 1000 euros, apenas 0% executado; ampliação do cemitério de Valongo, 0% executado; reabilitação do Moinho da Levada do cabo em Alfena, uma obra que deveria estar concluída até dezembro de 2022, mas neste momento está 0% executado; parque dos Lagueirões, tinha uma abertura de rubrica de 1000 euros, 0% executado; ampliação do Centro Interpretativo Ambiental, também 0%; a sinalização e vedação das cavidades mineiras junto aos trilhos, que tinha para ser executado até dezembro de 2022. 53 mil euros, até ao momento 0% executado; o Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada adaptação das instalações elétricas e certificação, 0% executado; o balneário para o Estádio Municipal de Alfena, também 0%; a requalificação de várias ruas, 0% executado. -----

Na página 112 podem ver montes de coisas que a execução foi de 0%, gostariam de saber o porquê desse grau de execução e se elas vão ser desenvolvidas e vão ser concretizadas. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por agradecer aos serviços do Município, os serviços financeiros, que mais uma vez prepararam um documento que é impecável, que só os orgulha do ponto de vista da prestação de contas. -----

Disse de seguida que, hoje, o Município de Valongo, quer agrade a alguns quer não agrade, é muito diferente daquela que encontraram em 2013, para melhor em todos os sentidos. -----

Numa altura de crise se as câmaras não têm condições financeiras, ou se não têm saúde financeira, toda a comunidade sofre muito mais, a nível local as câmaras são uma primeira linha para as pessoas que vão bater á porta. -----

No ano passado foram confrontados com um choque, têm vindo a viver com choques, quer o da pandemia, quer a agora o dos efeitos que vêm e que virão com a questão da agressão Rússia na Ucrânia, na guerra que está a decorrer, é uma guerra. -----

O ano passado tiveram necessidade de responder a 3 milhões e 300 mil euros, desses 3 milhões e 300 mil euros tiveram de pagar serviços de saúde a enfermeiros, contratar enfermeiros para ter o apoio do serviço à vacinação, refeições escolares tiveram um aumento de 513 mil euros, tiveram no plano de emergência de apoio alimentar quase 130 mil euros, o tratamento de RSU 170 mil. -----

Uma alteração que decorreu do POCAL e tiveram de incorporar as manutenções e conservações, nos fornecimentos e serviços externos, a eletricidade tiveram um aumento de 104 mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Portanto, a Câmara foi capaz de dar uma resposta, uma Câmara que não tem saúde financeira não dá respostas dessas, e quando vem uma crise fica parada, fica provavelmente com o dinheiro só para pagar salários e às vezes nem para pagar a conta da luz e da água entre outras coisas. -----

Sobre a questão que a Membro elencou, elencou seletivamente o que lhe interessou, respeita, podia também ter elencado as obras que estão em curso. -----

Tiveram no ano passado qualquer coisa como 14 milhões de euros de execução, deve ter sido a maior execução em termos de PPI nos últimos anos. -----

Pode elencar algumas obras, o centro de recolha animal a obra começou, ainda não foi concluída, como muitas coisas, está atrasada, mas essa realidade não acontece só em Valongo, devem perceber que é uma realidade transversal, algumas não começaram, abriram as rubricas, nunca escondeu que prefere ter rubricas abertas do que não ter as rubricas abertas, porque se tiver a rubrica aberta não tem de ir à Assembleia para abrir uma rubrica, mas se não tiver tem de fazer uma revisão do orçamento, portanto é uma opção de gestão do orçamento. -----

As ciclovias têm vindo a investir, não está tão avançado como querem têm vindo a fazer, a ampliação do cemitério vai ter um avanço, estavam a aguardar decisões da CCDR do ponto de vista da expropriação, o processo avançou, a parte da Câmara é o estacionamento. -----

O Moinho de Alfena não avançou porque estão a desenvolver um trabalho, têm um património rico do ponto de vista molinológico, como um moinho de vento que adquiriram há uns anos, é o único moinho de vento que se vê da cidade do Porto, e querem criar um circuito molinológico, esse moinho em concreto está a aguardar, têm o projeto, sabem quanto custa, é uma intervenção cara e vai avançar. -----

Depois o parque dos Lagueirões é uma situação similar, o CIA é uma obra que vai avançar, teve de ser revista, a questão da sinalização das cavidades já foi adjudicada, mas não avançou. -----

Têm em curso para aí 30 obras a decorrer, nunca houve tanta frente de obra, portanto as coisas estão a correr, o documento mostra o esforço que estão a fazer, sendo certo que têm vindo a sofrer choques com muita regularidade, este ano vai ser mais intenso, designadamente os pedidos de reequilíbrio dos contratos. -----

Sobre a educação, o quadro que foi referido, todos os valores, estão os previstos e os efetivos, batem certo com exceção do primeiro, o primeiro teve a ver com um acerto em que lhes transferiram mais dinheiro. No caso de Valongo, não sabe se pelo empenhamento dos agrupamentos escolares, da Câmara, de todas as entidades o processo está a correr bem. -----

A única coisa que ainda não está regularizada são verbas das AEC que havia o compromisso do Estado, leia-se Ministério da Educação, de pagar e ainda não pagou, é a única verba. -----

O relatório mostra uma Câmara empenhada, do ponto de vista dos impostos houve uma quebra, o que aumentou não foi os impostos, o que aumentou foi o comportamento da receita do IMT. -----

O concelho de Valongo é dos concelhos do país, ainda há dias o Expresso mostrava num quadro em que estavam num grupo de 10 municípios onde mais casas se vende, o que é bom, é uma receita que não depende deles, o IMT é uma receita que depende da dinâmica do mercado, o IMI reduziu, a Derrama reduziu, o Imposto de Circulação também não depende deles e o IMT depende da dinâmica e isso fez aumentar 56% o IMT. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quando chegou à Câmara, em 2013, ficou muito surpreendido, e isso custou-lhes muito dinheiro nos últimos anos, a quantidade de imóveis que não estavam registados, hoje os imóveis estão todos registados e é obvio que isso entra na dimensão das depreciações, amortizações e os gastos de financiamento. -----

Quando olham para o resultado do ano passado, sem isso, tiveram um resultado positivo de 8 milhões 221 mil euros, que não é positivo, em relação ao que recebemos chegamos ao fim do ano com uma margem de 8 milhões 221 mil euros, entrando em consideração os imóveis o peso que tem do ponto de vista das amortizações torna o resultado negativo, mas esse resultado é um resultado negativo contabilisticamente. -----

O presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2021, tendo sido aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 18 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 7 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD e 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA.

Abstenção: 6 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE, 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN e 1 abstenção do Grupo Municipal do Nós Cidadãos. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Dias Feliz**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----
“O Grupo Municipal dos eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal votou contra o Relatório e Contas de 2021, apresentado pelo executivo do PS, na passada reunião ocorrida em 21 de abril, dado que, os números de um orçamento batem sempre certo como eu, efetivamente, referi na última intervenção, o programa não permite que assim não seja, 1 e 1 são 2, não quer dizer que a fórmula como chegam ao 2 tenha de ser sempre a mesma. -----

Depois temos a estatística que para muito é a arte de enganar, ora bem, vamos a um restaurante se eu pedir um frango com duas pessoas à mesa eu sou vegetariano, se o frango for comido a estatística vai dizer que ambos comeram meio frango cada um, isso não é verdade. -----

A leitura e a forma como interpretamos a estatística e os números são sempre relativos, sendo que cada um de nós temos a nossa perspetiva na forma que nos aplicamos. -----

O documento aqui constata e traduz na nossa opinião e na nossa ótica a tradução de políticas diferenciadas e que no nosso entender são erradas, é uma linha diferente da nossa. -----

Por outro lado, o documento também não contabiliza nem vai ao encontro das famílias nem das empresas na nossa ótica, eu questiono depois de tantos números positivos, eu questiono como é possível as taxas não estarem na relação mínima, se está tudo tão bem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Por outro lado, o mesmo documento não vai ao encontro do desenvolvimento do nosso concelho, dado que acentua no benefício da carga fiscal excessiva sobre os municípios. -----

A confirmar o referido anteriormente salienta-se os mais de 2 milhões de impostos cobrados face ao ano 2020, por outro lado o aumento de 2 milhões de impostos cobrados face ao ano 2020 deixa bem claro a evidente possibilidade efetiva de redução do IMI, como efetivamente foi proposto pelo PSD, ou seja, estes 2 milhões dariam forma para reduzir e aliviar o custo das famílias. -----

Um alerta também, que já fiz anteriormente, passa pelo aumento substancial de 20% da despesa corrente, efetivamente tem a ver com novos trabalhadores, já foi ventilado no próprio orçamento que é preciso ter um bocadinho de cuidado, há coisas que são inatas não vêm de nós, mas há que ter sempre esse cuidado. -----

Outro dos princípios que nos leva a votar contra este relatório passa pela baixa taxa de execução nas áreas distintas como a educação e a ação social, que ambas devem ser elevadores sociais e tendo em conta o pré e pós pandemia são áreas substanciais que têm muito peso na relação da família com a sociedade. -----

Por último, mas não menos importante o documento também expõe a implementação do seu programa eleitoral que irá provocar um excessivo endividamento que no futuro poderá pôr em causa a gestão futura do Município de Valongo.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.4 - Estatutos da LIPOR- Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Proposta de Revisão, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **maioria**, com 30 votos a favor e 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU; -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - Proposta de subscrição do novo Pacto de Autarcas - Compromisso para a Neutralidade Carbónica 2050. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que gostaria de ser esclarecida a seguinte questão, no documento, até 2030, está o compromisso de redução das emissões de CO2 em 40%, faltam 5 anos para se chegar a 2030, como pensa a Câmara fazer isso, quais serão as áreas de intervenção. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que a previsão é até 2050. -----

Em 2019 subscreveram um outro pacto chamado de Pacto de Autarcas pra o Clima e Energia, este é o Pacto de Autarcas para o Compromisso da Neutralidade Carbónica até 2050, é outro documento. -----

Finalmente os líderes políticos começaram a respeitar a opinião dos cientistas, o planeta está a aumentar a temperatura, o planeta está numa rota perigosa, e começou-se a ter esses compromissos. -----

Ao nível das autarquias em todo o mundo há uma dinâmica, que se chama diplomacia do poder local, que tem vindo a funcionar, em alguns casos impulsionada por grandes centros urbanos, metrópoles, áreas metropolitanas, mas também envolver as autarquias a todos os níveis, porque os poderes regionais e os poderes locais têm uma capacidade que os poderes centrais não têm. Portanto, é mais fácil implementar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

medidas através do poder local, com o envolvimento ativo do poder local, vão surgindo várias iniciativas com objetivos. -----

A nível local a Câmara de Valongo tem vindo a ganhar prémios, são este ano embaixadores verdes, é a segunda vez que acontece isso em Portugal com o prémio Green Leaf. -----

Têm um planeamento, vários projetos têm uma contribuição, um projeto como o Mercado, um projeto do Plano Municipal de Saúde, que já vende a 500 famílias por semana que compram hortícolas isso tem um impacto, porque parte daquele produto já não anda a passear, são produtores locais que produzem, que colocam e não tem o impacto do transporte, na questão da iluminação, na questão do combustível. -----

Há 4 anos mudaram o parque automóvel, têm tudo elétrico só não têm os pesados, do ponto de vista dos veículos ligeiros, quer os de passageiros, quer os de mercadorias já têm a frota toda elétrica. -----

Têm vindo a fazer investimentos em várias áreas do ponto de vista da Câmara, do ponto de vista das empresas há incentivos, o Governo faz um apelo para as empresas fazerem esses investimentos. -----

Do ponto de vista das famílias também há um trabalho no sentido de as famílias terem preocupação com os seus atos de consumo, dos seus atos como cidadãos, com os seus atos nas deslocações, reduzir a pegada. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que compreende, concorda, subscreve, agora por vezes não basta assinar um documento para que aquilo que desejam estar de forma em realidade, têm de ter ações para conseguir chegar a esses valores. -----

O importante é saber se estão a fazer tudo para o cumprir, isso é que é importante, assinar ninguém vai ser contra isso, agora é preciso ter ações nesse sentido. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que foram dos concelhos que não exitaram em entrar no projeto Porto Solar, um projeto para usar as coberturas para ter a utilização da energia solar em vários equipamentos do Município, tudo aquilo que possamos fazer estão a fazer ativamente, em muitas dessas áreas estão atentos às oportunidades de financiamento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.5 - Proposta de subscrição do novo Pacto de Autarcas - Compromisso para a Neutralidade Carbónica 2050, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.6 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2022, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto da Presidente da Junta de Freguesia de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Abstenção: 10 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE, 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.7 - 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.8 - Adesão à Rede Nacional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade - Rede E2O Portugal. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que a manifestação de interesse de fazer parte da rede de escolas de segunda oportunidade é um sinal de preocupação e o compromisso da Autarquia ao combate ao abandono escolar precoce, tão importante para o futuro do Município e do País. -----

Contudo, propõem que o compromisso assumido pelo Município de Valongo seja acompanhado por um reforço no investimento financeiro que garanta os meios humanos e materiais necessários ao trabalho especializado em educação, e não apenas pelo contributo à Associação proposta. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.8 - Adesão à Rede Nacional de Iniciativas de Educação de Segunda Oportunidade - Rede E2O Portugal, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.9 - Proposta de doação de palcos às Freguesias, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à consideração da Assembleia a apreciação do ponto 4 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, ficando os restantes pontos para uma segunda reunião, tendo sido aceite por **unanimidade**. -----

Colocou de seguida à apreciação o ponto 4 - Appreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida agendou uma segunda reunião para o dia 5 de maio de 2022, às 21.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, colocando seguidamente à votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9 da Ordem do Dia, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

O 2.º Secretário: _____